

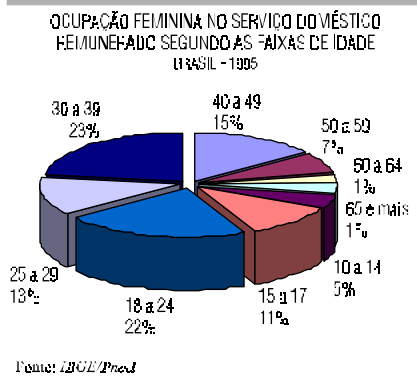
## Trabalhadoras transformam papel de criada em coisa do passado

Ela é mulher, jovem, chegou na cidade sem experiência profissional, tem entre 15 e 24 anos, já pode até ser chefe de família ou, como esposa, ajudar no orçamento doméstico, não completou o primeiro grau, trabalha 48 horas semanais, não tem carteira assinada e o seu rendimento médio por hora trabalhada não passa de R\$0,48. Ela cuida da casa, das crianças, cozinha, lava, passa... Na sua casa e na casa da patroa.

Assim pode ser traçado o perfil das trabalhadoras domésticas brasileiras, que representam cerca de 19% das mulheres que trabalham fora. Uma participação bastante alta, explicada, em parte, pelo fato de, no Brasil, o servi-

ço doméstico remunerado funcionar como porta de entrada para o mercado de trabalho, principalmente para quem quer sair do interior, o que acaba por explicar, também, a forte presença de meninas exercendo esta atividade.

Palavra de Hildete Pereira de Melo em *O serviço doméstico remunerado no Brasil: de criadas a trabalhadoras*, no qual mostra, no entanto, que as relações patroa/empregada, notadamente nos grandes centros urbanos, estão cada vez mais profissionais e menos pessoais, "sem parentescos fictícios e de ajuda à trabalhadora e à sua família".  
(Página 3)



## Problema habitacional não se restringe aos grandes centros urbanos

No Brasil, o déficit habitacional não é um problema apenas para quem vive nos grandes centros urbanos. As áreas metropolitanas somam os maiores números absolutos, mas, em termos relativos, têm menos necessidade de novas unidades do que a observada na média nacional. Na verdade, o problema se concentra na população mais pobre dos estados mais pobres.

A trajetória de redução do déficit, nítida por 15 anos, parece ter sido interrompida nos anos recentes. Tudo indica que ocorreu aumento dos níveis de coabitação, fenômeno intimamente ligado às alterações recentes na estrutura familiar brasileira. Em termos gerais, é ainda muito baixa a relação domicílios/famí-

lias no Brasil, e isto acontece mesmo nas faixas de renda mais altas, onde, no entanto, a demanda é por diversificação.

Robson Gonçalves trata desse assunto em *O déficit habitacional brasileiro: um mapeamento por Unidades da Federação e por níveis de renda domiciliar*. Os resultados do estudo indicam ser preciso avaliar o caráter social das alterações que se promovem no sistema brasileiro de financiamento à habitação. Não se pode correr o risco de deixar de dar prioridade aos segmentos nos quais "o déficit se traduz em uma necessidade absoluta de moradia e não em mera demanda por diversificação".  
(Página 2)

## NEGOCIANDO A ALCA

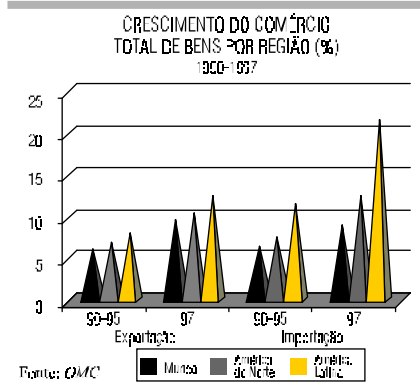
O comércio internacional de bens e serviços ganha cada vez mais dinamismo. Em apenas um ano, de 1996 para 1997, as exportações mundiais aumentaram 9,5% e o PIB, 3%, segundo a OMC. É forte a presença do continente americano, que coloca quatro países *noranking* das 30 economias que mais exportaram no ano passado: EUA em 1º, Canadá em 7º, México em 15º e Brasil em 26º lugar. Juntos, eles respondem por 20% das transações comerciais do mundo inteiro, uma fatia que provavelmente se tornará bem maior a partir da efetiva integração hemisférica.

Trata-se de um assunto de interesse de 34 países, que, por isso mesmo, há quatro anos, negociam os termos da Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

### Impactos

A Alca pode reduzir o comércio interno dos blocos que a integram, mas, ao mesmo tempo, abre possibilidades de negócios entre países de blocos diferentes. O Brasil não foge à regra, entretanto continuará a importar mais do que exporta. Pelo menos para começar. Quem mais sai ganhando são os EUA, responsáveis por 60% do comércio nas Américas, a União Européia e a China.

Isto é o que faz ver a simulação feita por Alexandre Carvalho e Andréia Parente em *Impactos comerciais da Área de Livre Comércio das Américas*. O trabalho analisa os reais benefícios e possíveis problemas dos acordos comerciais das 34 economias envolvidas, todas já integrantes de blocos regionais. Por enquanto, em termos de transações intra-Alca, o Nafta fica com 85% do total, o Mercosul com 7%, o Pacto Andino com 4,5% e o Mercado Comum do Caribe e o Mercado Comum Centro-americano com participações inferiores a 1%.  
(Página 4)



## COMO ESTÁ SENDO EXPLORADA A MADEIRA DA AMAZÔNIA BRASILEIRA

A produção madeireira da Amazônia está sendo feita de forma sustentável? O preço incorpora a depreciação da fonte da riqueza? Inclui provisão que reflita a perda do capital natural esgotado, o que, pelo menos do ponto de vista econômico, pode ser uma prática sustentável?

Estas são algumas das questões que Ronaldo Seroa da Motta e Claudio Ferraz levantaram em *Estimating timber depreciation in the Brazilian Amazon*. O estudo faz parte de um projeto internacional coordenado pelo Forestry Department at the Food and Agriculture Organization (FAO), da ONU, e o Banco Mundial, do qual o Ipea participa. O objetivo é aplicar a contabilidade ambiental em diferentes cenários regionais: Brasil, Austrália, Chile, Filipinas e Zimbábwe.

### Fronteira agrícola

A exploração sustentável de recursos naturais esgotáveis deve incorporar na formação de seus preços de comercialização uma renda de escassez que reflita o custo de uso deste capital natural.

A Amazônia é uma área de fronteira agrícola. Sua produção madeireira não passa de um subproduto da conversão do solo florestal para fins agrícolas, via desmatamento. A atividade não considera, portanto, a manutenção do estoque de capital da madeira da região. Os autores demonstram que "o processo de expansão da fronteira agrícola em regime de livre acesso, como ocorre na Amazônia, impede aos agentes privados, que exploram madeira na região, a percepção da depreciação do estoque madeireiro. Dessa forma, o custo de uso do estoque natural de madeira não é transferido para o preço final do produto".

O texto para discussão que trata deste assunto está disponível nas bibliotecas e livrarias do Ipea em Brasília e no Rio de Janeiro e, também, na página do Ipea na Internet.

Visor IPEA, ISSN 1415-4862, é uma publicação mensal do

**INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA**

SBS - Qd. 1/Bl. J - Ed. BNDES/11º and. - 70076-900 - Brasília/DF  
Tel.: (061) 315-5276 Fax: (061) 223-5282

Av. Pres. Antonio Carlos, 51/16º and. - 20020-010 - Rio de Janeiro/RJ  
Tel.: (021) 220-7679 Fax: (021) 240-0576

Internet: <http://www.ipea.gov.br> - E-mail: [visor@ipea.gov.br](mailto:visor@ipea.gov.br)

EDITORA Shirley Soares (Reg. Prof. nº 12.466 Mtb-RJ)

EDITORAÇÃO Rafael Luzente

Foram utilizados dados disponíveis até 22/10/98

Permitida a transcrição total ou parcial de matéria publicada desde que citada a fonte Visor IPEA.

## Famílias com renda de até três salários são mais afetadas pela falta de moradia

Estimativas sobre o aumento necessário do estoque de domicílios no Brasil variam de quatro milhões a 20 milhões de unidades, dependendo do critério adotado. Isto dificulta iniciativas. O texto para discussão *O déficit habitacional brasileiro: um mapeamento por Unidades da Federação e por níveis de renda domiciliar* propõe uma metodologia.

Segundo o estudo, baseado em dados da Pnad, o déficit habitacional seria da ordem de 5,4 milhões de moradias em 1996, o que representava 13,6% dos domicílios particulares existentes no país.

Os maiores percentuais se concentravam nas regiões mais pobres do país e nos estratos de renda mais baixos.

Quase 90% do déficit se restringia a famílias com renda de, no máximo, três salários mínimos, o que significava aproximadamente 4,8 milhões de domicílios. Mais do que isso, porém, a participa-

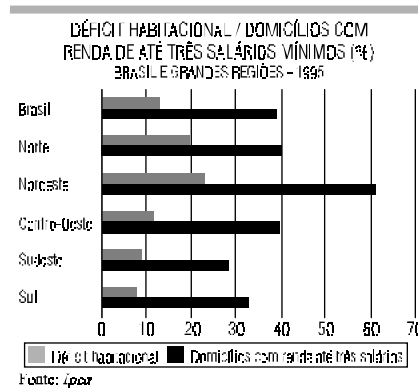
ção relativa dos mais pobres é maior nas regiões mais carentes.

### Situações diferentes

O estudo faz um desdobramento regional tendo por base o ano de 1995. A melhor situação foi encontrada no Sul, onde o déficit correspondia a pouco mais da metade do percentual nacional. O Sudeste e o Centro-Oeste se situavam abaixo da média. Ao contrário, no Nordeste era quase o dobro, e no Norte 1,5 vezes maior.

Por estado, o Maranhão é o que detinha o

maior déficit de moradias. Seriam necessários 60% a mais - um percentual 4,5 vezes maior do que o do país como um todo. Mais: dos domicílios já instalados, cerca de 70% eram ocupados por famílias de baixa renda. No outro extremo está Santa Catarina, onde o déficit de 7% representa



va a metade do percentual nacional e 32% dos domicílios eram ocupados por famílias com renda de até três salários mínimos.

## DESENVOLVIMENTO

### Investir pouco em educação significa crescer menos

Em *Investimento em educação e desenvolvimento econômico*, Ricardo Paes de Barros e Rosane Mendonça avaliam as consequências do subinvestimento em educação no Brasil, por meio de um exercício econométrico.

Os impactos sobre o desempenho econômico são importantes, pois diminuem em torno de 15% a 30% as taxas de crescimento esperado, e também explicam cerca de 25% do hiato entre o desenvolvimento da Coreia e do Brasil. No entanto, o atraso educacional pesa também em variáveis não-econômicas. Sem ele, por exemplo, a população cresceria menos 15%, o aumento da mortalidade seria 20% menor e o desempenho educacional futuro melhoraria perto de 20%.

### Difícil avaliar

Os investimentos em educação têm importantes externalidades sociais que tornam o subinvestimento ainda mais penoso para o desenvolvimento humano de uma sociedade.

Estes investimentos influenciam as condições de vida dos que se educam (efeitos privados da educação), ao mesmo tempo em que geram uma série de externalidades sobre o bem-estar dos que os rodeiam. Além disso, podem ser concretizados via melhoria na qualidade ou na quantidade da educação e estão diversificados em níveis de educação fundamental, secundária, superior ou técnica. Tudo isso dificulta a avaliação da eficiência e da eficácia destes investimentos no Brasil.

O texto para discussão publicado pelo Ipea se limita a avaliar o impacto de uma expansão quantitativa para o sistema educacional como um todo. "Mais especificamente", dizem os autores, "o que procuramos avaliar é o impacto de aumentos na escolaridade esperada da população em idade escolar, em um dado momento do tempo, sobre o desenvolvimento socioeconômico futuro".

## Serviço doméstico é a principal fonte de emprego de 5,4 milhões de trabalhadores

O serviço doméstico constitui a principal fonte de emprego dos trabalhadores que têm opções limitadas de inserção no mercado de trabalho, principalmente devido ao seu baixo nível de qualificação. Abriga quase 5,4 milhões de trabalhadores, dos quais apenas 350 mil são homens. E eles ganham mais do que as mulheres, mesmo nesta atividade culturalmente considerada como o lugar da mulher, ocupação subalterna e fora do circuito mercantil.

Em *O serviço doméstico remunerado no Brasil: de criadas a trabalhadoras*, Hildete Pereira de Melo analisa a trajetória desta atividade ao longo de uma década, desde 1985 até 1995, destacando:

- Houve aumento do nível educacional, mas a atividade ainda concentra a mais alta taxa de analfabetismo entre os trabalhadores urbanos. Em 1985, eram 19,7% e, em 1995, 16,5%, contra 7,4% do setor serviços como um todo. A maioria tem, no máximo, quatro anos de estudo.
- O rendimento médio melhorou tanto para o homem quanto para a mulher, no entanto a maior parte ganha de meio a um salário mínimo.

Para os homens, o rendimento médio é mais elevado e a escolaridade tem maior significado, chegando quase a dobrar para os que têm o primeiro grau completo.

Embora a situação tenha melhorado, os patrões não assinam carteira de 61,3% dos homens e 82,0% das mulheres que traba-

ham como empregados domésticos.

No Nordeste e no Norte, o estigma da atividade é mais forte na definição de regras salariais. No Nordeste, a proporção dos não remunerados ou que recebem até meio salário continua muito alta. Em dez anos, caiu de 96,4% para 89,2%. No Norte, a taxa baixou de 93,0% para 80,4%.

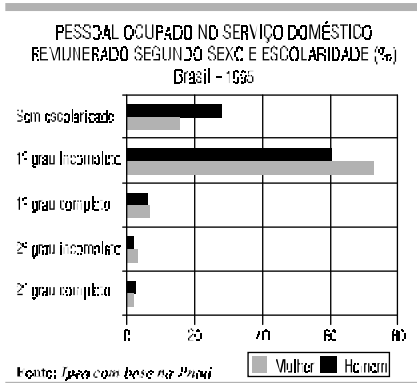
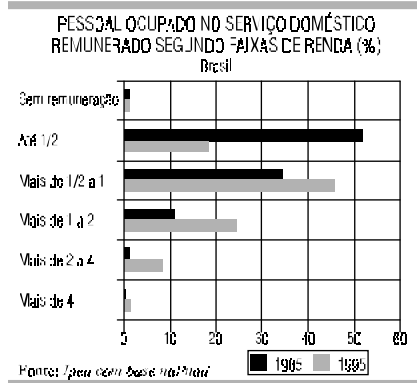
A participação dos que se encontram na faixa de um a dois salários fica acima dos 15% em todas as regiões, menos no Nordeste (9%). Esta participação é quase a metade da observada para o setor serviços como um todo e fica

bem distante dos cerca de 41% registrados para feirantes e ambulantes, ocupações reconhecidamente mal remuneradas também.

A menores jornadas correspondem maiores valores de rendimento médio por hora, para homens e mulheres. Provavelmente, por conta de trabalhos mais especializados, como motoristas, babás, jardineiros... Em contrapartida, os piores rendimentos ficam para as jornadas superiores a 48 horas semanais.

“A situação é pior do que a de quem trabalha na construção civil, que também serve de porta de entrada para migrantes, sem escolaridade”, compara a autora,

ressaltando: “E a presença da mulher prestando serviços domésticos remunerados aumentou bem mais do que a do homem. Na média, a cada ano, o contingente de mão-de-obra feminina aumentou 3,7% e o masculino, 2,4%”.



## LINHAS DE TELEFONE PARTICULAR NÃO ATENDEM A 3/4 DA POPULAÇÃO

A telefonia particular atende a apenas 25% da população brasileira, uma proporção que baixa para 7% na camada mais pobre, especialmente em famílias chefiadas por mulheres, inativos e analfabetos, e aumenta para 60% nas famílias chefiadas por quem tem de oito a 12 anos de estudo, por exemplo. O déficit chega a ser sete vezes superior ao das áreas de eletricidade, esgoto e coleta de lixo, e é bem maior também do que o de bens de consumo durável como geladeira, fogão, rádio e televisão.

### Corte regional

No Nordeste, o déficit vai a 88,5%, no Norte a 79,6% e no Sul e Centro-Oeste fica próximo dos 76%. Em contrapartida, o Sudeste desponta com a maior difusão de acesso à telefonia na população total: 44,5%. Para a população mais pobre as diferenças regionais não são importantes e variam de 91% no Sudeste a 97,3% no Nordeste. Mas as discrepâncias são enormes entre zona urbana e zona rural, onde, como era de se esperar, as linhas telefônicas particulares não chegam nem a 1% das famílias.

### Novas ligações

Estas são algumas das conclusões de Eduardo Pedral Sampaio Fiuza e Marcelo Cortes Neri em *Reflexões sobre os mecanismos de universalização do acesso disponíveis para o setor de telecomunicações no Brasil*.

Com a mudança do papel do Estado de produtor para regulador, a solução para este déficit requer um novo arcabouço teórico, muito diferente do usado até agora pelos formuladores de política econômica. Um dos objetivos do texto para discussão é justamente contribuir na formulação de políticas governamentais de investimento e de regulamentação dos serviços de telefonia privada diante do novo desenho dos setores de infra-estrutura brasileiros. Assim é que faz um levantamento dos mecanismos de financiamento para a universalização de serviços públicos, na forma de diferentes políticas tarifárias e de transferências de recursos. Mais: faz um diagnóstico do setor de telecomunicações antes da privatização, apresenta características que condicionam a estrutura da oferta dos seus serviços e os diferenciam dos demais serviços de utilidade pública; mostra tendências tecnológicas - e prováveis impactos -, e resume os rumos que estão sendo tomados na transição de um monopólio estatal, com ações controladas pelo governo federal, para um novo, com empresas privadas passíveis de concorrência e maior liberdade de ação.



# É preciso tempo para enfrentar a concorrência internacional

Eliminar barreiras exige tempo. Por isso mesmo, um acordo comercial que pretende ser um bom negócio deve levar em conta um período de adaptação, principalmente dos setores mais sensíveis, sem o que não há como enfrentar a concorrência internacional.

Seguindo este raciocínio, *Impactos comerciais da Área de Livre Comércio das Américas*, de Alexandre Carvalho e Andréia Parente, desenvolve cenários alternativos para a Alca, que vão até a eliminação total e imediata de todas as alíquotas incidentes sobre os produtos transacionados no continente.

### Sem tarifas

O modelo estima que, com liberalização tarifária total, as importações brasileiras dentro da Alca cresceriam 18% (US\$4,3 bi). Bem mais do que os 7% das exportações (US\$1,5 bilhão), dos quais cerca de 40% estariam relacionados não à competitividade dos produtos e, sim, às possíveis transações isentas de tarifas, ou seja, ao desvio de comércio.

De qualquer forma, a princípio, a situação continuaria desfavorável para a balança comercial brasileira, que já entra no negócio contabilizando mais importações do que exportações. Além disso, o impacto de zerar as tarifas seria maior no Brasil, que tem uma das mais altas alíquotas médias do imposto de importação entre os principais países.

É bom lembrar, no entanto, que o modelo só considera barreiras tarifárias e que em caso de redução de barreiras não tarifárias, com certeza, as exportações brasileiras sairiam ganhando mais – ou perdendo menos.

### Ganhos por setor

O setor de pérolas, pedras e materiais preciosos aparece nas estimativas como o mais beneficiado com a integração hemisférica, aumentando em 33% as suas exportações. Em termos monetários, no entanto, os destaques em exportação ficam com instrumentos mecânicos e maquinários e equipamentos elétricos (mais US\$270,6 milhões), calçados, chapéus e guarda-chuvas (mais US\$241,3 milhões), base de metais (mais US\$198,6 milhões) e veículos, aeronaves e outros equipamentos de

transporte (mais US\$156,0 milhões). Este último se sobressai, ainda, nas compras externas (mais US\$595 milhões), liderada, também, por instrumentos mecânicos e maquinários e material elétrico (mais US\$1,99 bilhão), em desempenhos que, juntos, respondem por 60% do aumento do volume das importações.

### Extra-Alca

Ao mostrar efeitos do desvio de comércio para as importações brasileiras, o estudo permite identificar os impactos da integração hemisférica sobre os fluxos comerciais dos países extra-bloco. O setor que mais sofre retração no volume exportado para o Brasil é justamente o de instrumentos mecânicos e maquinários. Com isso, torna-se responsável por quase metade das perdas de exportação da União Européia e por cerca de 70% das do Japão e dos tigres asiáticos. A União Européia perde mais 11% do total exportado para o Brasil com a indústria química e a China mais 12% com o setor têxtil.

### Mercosul

A Alca vai operar em uma área marcada por blocos comerciais e, logicamente, vai mexer com o comércio dentro destes blocos. No Mercosul, por exemplo, a eliminação das barreiras tarifárias, que barateou mercadorias e estimulou negócios entre os sócios, estende-se aos outros países das Américas e abre oportunidades fora do bloco regional. Esta

seria a razão para que veículos, aeronaves e outros equipamentos de transporte fizesse a Argentina perder 37% do total das exportações para o Brasil; o Uruguai, 21% só em plásticos e borrachas e o Paraguai, 79%, com um setor apenas, o de produtos vegetais.

Do lado brasileiro, as exportações diminuiriam 1,2%, algo em torno de US\$86 milhões, sendo quase a metade por conta de dois setores, o de instrumentos mecânicos e maquinários e equipamentos elétricos e o de veículos, aeronaves e outros instrumentos de transporte.

A explicação para resultados nem tão favoráveis pode estar no fato de grande parte do comércio entre as Américas, que poderia render benefícios para o Brasil, já ter sido concretizado quando o Mercosul foi implantado. Além disso, a participação da maior potência mundial em um bloco comercial reduz os ganhos dos demais parceiros.

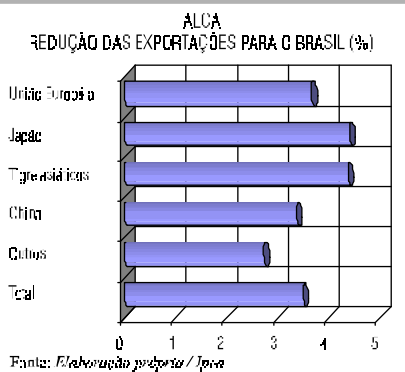
### O modelo

Em *Impactos comerciais da Área de Livre Comércio das Américas*, os autores ado-

taram um modelo que permite indicar o grau de atenção exigido pelos setores para entrarem no bloco - no mínimo, em condições de ganhar competitividade - e apontar os mais atraentes, ou seja, onde o Brasil poderá avançar mais. O trabalho foi apresentado no seminário internacional

*Alca e Mercosul: a economia brasileira e os processos de integração subregional e hemisférica*, que o Ipea promoveu este mês, em Brasília, com o apoio do BID.

Uma nova etapa do projeto prevê o estudo dos efeitos da integração hemisférica sobre o nível de produção, emprego, tecnologia...



	Aumento das Exportações	Aumento das Importações
Criação de Comércio	4,35	13,64
Desvio de Comércio	2,64	4,08
Efeito Total	6,99	17,72

Fonte: Elaboração própria / Ipea

